

O “índio agricultor” e projetos de Estado: uma etnografia do “projeto “Culturas de Inverno” em Roraima

The “Indigenous Farmer” and State Projects: An Ethnography of the “Winter Crops” Project in Roraima

El “Indígena Agricultor” y los Proyectos del Estado: Una Etnografía del Proyecto “Cultivos de Invierno” en Roraima

Eriki Aleixo de Melo¹

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a forma como o Estado vem enquadrando a agricultura familiar nas comunidades indígenas de Roraima. A partir de uma experiência local na comunidade Serra do Truarú (RR), das falas de agentes sociais locais e da análise do modelo produtivo vigente, discutem-se os impactos das estratégias de integração ao agronegócio, como o Projeto Culturas de Inverno, que busca promover a agricultura familiar mediante o fornecimento de insumos e assistência técnica. Embora tais iniciativas possam gerar benefícios econômicos imediatos, elas trazem riscos à autonomia comunitária, ao fragilizarem práticas agrícolas tradicionais e a identidade sociocultural indígena. Essa dinâmica dialoga com as críticas de Almeida (2010), que aponta como as chamadas agroestratégias desconsideram os modos tradicionais de uso da terra, impondo às comunidades modelos produtivos exógenos e mercantilistas. Conclui-se que, embora o discurso da modernização e da sustentabilidade se apresente como promissor, ele encobre efeitos adversos sobre a soberania indígena, evidenciando a urgência de políticas públicas que valorizem a autonomia e os projetos de vida dos povos indígenas.

Palavras-chaves: Povos indígenas; Agroestratégias; Agronegócio.

Abstract: This article presents a critical reflection on how the State has been framing family farming in indigenous communities in Roraima. Based on a local experience in the Serra do Truarú community (RR), the statements of local social agents, and an analysis of the prevailing productive model, it discusses the impacts of integration strategies into agribusiness, such as the Winter Crops Project, which aims to promote family farming through the provision of inputs and technical assistance. Although such initiatives may generate immediate economic benefits, they pose risks to community autonomy by weakening traditional agricultural practices and indigenous sociocultural identity. This dynamic aligns with Almeida (2010), who points out how so-called agro-strategies disregard traditional land-use methods, imposing exogenous and market-oriented productive models on communities. It is concluded that, although the discourse of modernization and sustainability appears promising, it conceals adverse effects on indigenous sovereignty, highlighting the urgency of public policies that value the autonomy and life projects of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous peoples; Agro-strategies; Agribusiness.

Resumen: Este artículo presenta una reflexión crítica sobre la forma en que el Estado ha estado enmarcando la agricultura familiar en las comunidades indígenas de Roraima. A partir de una

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM - que financiou esta pesquisa entre 2022 e 2024. E-mail: eriki.aleixo@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2658-3027>.

experiencia local en la comunidad Serra do Truarú (RR), los testimonios de agentes sociales locales y el análisis del modelo productivo vigente, se discuten los impactos de las estrategias de integración al agronegocio, como el Proyecto Cultivos de Invierno, que busca promover la agricultura familiar mediante el suministro de insumos y asistencia técnica. Aunque tales iniciativas pueden generar beneficios económicos inmediatos, representan riesgos para la autonomía comunitaria al debilitar las prácticas agrícolas tradicionales y la identidad sociocultural indígena. Esta dinámica dialoga con las críticas de Almeida (2010), quien señala cómo las llamadas agroestrategias desatienden los modos tradicionales de uso de la tierra, imponiendo a las comunidades modelos productivos exógenos y mercantilistas. Se concluye que, aunque el discurso de modernización y sostenibilidad se presenta como prometedor, oculta efectos adversos sobre la soberanía indígena, evidenciando la urgencia de políticas públicas que valoren la autonomía y los proyectos de vida de los pueblos indígenas.

Palabras clave: Pueblos indígenas; Agroestrategias; Agronegocio.

Introdução

A Terra Indígena Serra da Moça, homologada em 1993 após um longo processo iniciado na década de 1970, constitui o território de diferentes comunidades indígenas no município de Boa Vista (RR), entre elas a comunidade Serra do Truarú, onde se realizou a etnografia que fundamenta este trabalho. A população local é composta majoritariamente por indígenas Wapichana, além de famílias Macuxi e alguns não indígenas. Essa região integra o lavrado, denominação regional para áreas abertas de cerrado que, embora apresentem fisionomia distinta da floresta tropical densa, fazem parte do bioma amazônico e representam um ecossistema fundamental para a vida material e simbólica dos povos indígenas. O território é marcado por práticas agrícolas tradicionais, como as roças feitas nos chamados “pés das serras”, expressão usada para designar a base das formações serranas, bem como por formas próprias de organização social e manejo do ambiente.

Nos últimos anos, entretanto, tais práticas vêm sendo tensionadas pela chegada de programas estatais voltados à denominada agricultura familiar indígena, como o Projeto Culturas de Inverno, implementado pela Prefeitura de Boa Vista por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e

Assuntos Indígenas (SMAAI), além de outros que visam os mesmos fins². Essas iniciativas introduzem tecnologias externas, como a mecanização agrícola, o uso de insumos industriais, aplicados manualmente pelos próprios indígenas, e a assistência técnica especializada, em contraste com os métodos tradicionais de cultivo. Apresentadas como alternativas de fortalecimento econômico e geração de renda, elas suscitam debates sobre seus impactos na autonomia indígena, na sustentabilidade ambiental e na reprodução cultural das comunidades.

Esse modelo de produção em larga escala pode ser analisado à luz de sua compatibilidade com os valores e formas de vida das comunidades tradicionais, questionando se realmente contribui para o fortalecimento da autonomia local ou, ao contrário, se reforça uma crescente dependência do Estado e do mercado de *commodities*, inserida em uma lógica colonial. Nesse sentido, a produção de grãos pode ser compreendida a partir da reflexão proposta por Almeida (2019) sobre as grandes unidades de monocultura, sustentadas pela exploração predatória dos recursos naturais, pela imobilização da força de trabalho e pela pressão sobre os territórios tradicionais, um processo que o autor denomina novas *plantations* (Araujo; Almeida, 2019), em referência ao modelo agrário do período colonial. Além disso, o uso de terras indígenas para esse tipo de empreendimento levanta questionamentos sobre os limites da atuação estatal em territórios de povos originários e sobre a preservação da soberania desses povos.

A situação é agravada pela disputa territorial. Desde a homologação da Terra Indígena Serra da Moça, a comunidade tem reivindicado a ampliação de seus limites, argumentando que a área atualmente reconhecida não corresponde aos territórios tradicionalmente ocupados. Como destaque em Melo (2019), o espaço demarcado mostra-se insuficiente para assegurar o bem viver das famílias indígenas que ali residem, tanto em termos materiais quanto culturais. Nesse contexto, a relação com o Estado, representado pelos técnicos agrícolas da Prefeitura de Boa Vista, configura

² Me refiro ao projeto “Grãos em terras indígenas” executado pelo Governo Estadual de Roraima.

um campo fértil para análise crítica: embora os projetos sejam apresentados como oportunidades de geração de renda e seus aspectos positivos são incorporados na retórica indígena, é necessário questionar até que ponto respondem às necessidades locais ou se constituem, em última instância, mecanismos de controle social e econômico.

A etnografia aqui apresentada oportuniza compreender, a partir de eventos específicos, como essas políticas públicas se concretizam no cotidiano da comunidade e quais efeitos simbólicos e materiais produzem. A metodologia procura combinar análise documental dos programas estatais e a referida etnografia de uma atividade coletiva realizada em setembro de 2018, durante o plantio de milho na comunidade Serra do Truarú.

É importante ressaltar que a convivência entre práticas tradicionais e intervenções externas não é nova. Santilli (2001) observa que, desde o período colonial, e de forma mais intensa com a expansão da pecuária no século XIX, os Wapichana foram dos povos mais impactados pelo contato violento com agentes externos. Assim, a relação intersocietária constitui um campo privilegiado para compreender os efeitos simbólicos e materiais da ação estatal nos territórios indígenas.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, apresento a descrição etnográfica da experiência da comunidade no contexto do Projeto Culturas de Inverno, discutindo sua relação com o Estado e com as políticas públicas que buscam reorganizar os modos de vida locais. Em seguida, analiso os discursos institucionais e as implicações desse modelo produtivo à luz das críticas de Almeida (2010; 2019), em diálogo com a perspectiva dos próprios indígenas. Por fim, trago as considerações finais, refletindo sobre os riscos e desafios de conciliar as chamadas agroestratégias com a soberania e os projetos de vida dos povos indígenas.

Projetos de Estados: o projeto Cultura de Inverno

Projetos que se dizem voltados ao incentivo da agricultura indígena, especialmente no

estado de Roraima não são novidade. Já nos anos 2000, agências estatais passaram a disponibilizar maquinário para o preparo de terras indígenas, ações que ficaram conhecidas entre os indígenas como os “arados”, que eram terras indígenas cortadas por máquinas de tratores para melhorar o plantio. Nesses espaços, passaram a cultivar arroz, melancia, feijão e milho. A prefeitura de Boa Vista, à época, também fornecia adubos do tipo NPK, fertilizantes compostos por nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), que eram aplicados diretamente pelas comunidades nas plantações, muitas vezes com as próprias mãos, sem qualquer tipo de equipamento de proteção ou orientação técnica. No entanto, essas iniciativas foram descontinuadas nos anos seguintes.

Somente a partir de 2018, a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI) de Boa Vista iniciou uma nova fase de políticas públicas voltadas ao que passou a denominar de “agricultura familiar” indígena. Desde então, dezessete comunidades têm recebido apoio institucional por meio de diferentes programas que visam tanto o aumento da produtividade agrícola quanto a inserção dos produtos em circuitos comerciais e institucionais. Essa nova fase marca uma reconfiguração da presença do Estado nas terras indígenas, agora com uma abordagem mais estruturada, embora ainda marcada por assimetrias no diálogo e pela pouca valorização dos conhecimentos tradicionais. Dentre os projetos em curso, destaca-se o Projeto Culturas de Inverno, desenvolvido com o objetivo de fomentar o plantio de grãos, com o fornecimento de sementes, insumos agrícolas e assistência técnica. De acordo com a Prefeitura de Boa Vista, parte da produção permanece nas comunidades para o consumo próprio, enquanto o excedente é comercializado ou destinado a programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A proposta busca melhorar a produtividade das lavouras indígenas por meio da introdução de novas tecnologias e do estímulo à mecanização agrícola³.

³ Conferir: TRABALHANDO. *Um ano de investimento na geração de novas oportunidades. Isso é legado, compromisso e agricultura gestão*. Revista Trabalhando, Boa Vista, n. 30, jan. 2022.

Esse projeto se insere em um conjunto mais amplo de ações promovidas pela SMAAI, como o Projeto Hortifrúti (HF), que fornece insumos como calcário, superfosfato, NPK, ureia e sementes de qualidade para a produção de frutas e hortaliças; o Projeto Piscicultura, que contempla a instalação de tanques, o fornecimento de alevinos e ração, além do acompanhamento técnico; e ações voltadas à sanidade animal, como a vacinação contra Febre Aftosa, na qual o município realiza gratuitamente a imunização e vermifugação do rebanho bovino das comunidades indígenas. Soma-se a isso o investimento em mecanização agrícola por meio do programa Tecnologia no Campo, que disponibiliza mais de 50 máquinas para a preparação do solo e outras etapas da produção⁴.

Essas iniciativas representam uma inflexão nas formas de produção agrícola nas terras indígenas do município, com crescente presença do Estado na organização dos sistemas produtivos e incentivo à inserção no mercado regional. O Projeto Culturas de Inverno figura como o principal eixo estruturante dessa política pública, articulando diferentes dimensões técnicas, econômicas e territoriais.

Nos últimos anos, o Governo de Roraima tem investido fortemente na expansão do agronegócio por meio de programas como o Crédito Rural, o Agro em Campo e o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (PAA). Com apoio técnico, incentivo à regularização fundiária e facilitação de crédito, essas iniciativas buscam modernizar e ampliar a produção agrícola, inclusive com a distribuição de insumos e equipamentos. A produção de grãos como soja e milho, por exemplo, vem batendo recordes, com metas ambiciosas de expansão de áreas cultivadas, inclusive dentro do que denominam de Agricultura Familiar Indígena⁵ que de nada tem

⁴ INDÍGENAS da zona rural de Boa Vista avançam na agricultura familiar. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/indigenas-da-zona-rural-de-boja-vista-avancam-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁵ “Roraima bate recorde de exportações para Guiana nos primeiros meses de 2023.” Folha de Boa Vista, 14 abr. 2025.

de Agricultura Familiar.

A Prefeitura de Boa Vista mobiliza o conceito de “agricultura familiar” para justificar a implementação de projetos de agronegócio em terras indígenas. Embora o termo pareça neutro e inclusivo, e mesmo que dialogue com a legislação vigente que contempla os povos indígenas na definição de agricultura familiar, na prática ele é ressignificado dentro de uma lógica produtivista e colonial. Trata-se de uma perspectiva pautada na produção em larga escala, no uso intensivo de máquinas e insumos industriais, e na transformação do plantio em processos descontextualizados dos ciclos da natureza. Essas ações desconsideram a diversidade de espécies e os saberes tradicionais das comunidades, impondo um modelo voltado prioritariamente para a geração de *commodities* e para o mercado, em contraste com a forma como os povos indígenas organizam suas práticas agrícolas. A própria Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ao estabelecer as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, define a agricultura familiar a partir da gestão própria do trabalho, do uso predominante de mão de obra da família e da valorização da pequena produção. Diferentemente disso, a Prefeitura de Boa Vista utiliza o conceito em outra chave, como justificativa para práticas que se aproximam da lógica do agronegócio: mecanização, desmatamento e monocultivos voltados ao mercado, ou seja, evidencia-se um descolamento entre a concepção legal e a prática estatal.

Esse movimento tem intensificado a presença de órgãos estatais nas regiões de maior interesse agrícola, inclusive em áreas de abrangência indígena, promovendo uma lógica de desenvolvimento econômico que se alinha diretamente à expansão do agronegócio. Com isso, observa-se uma crescente articulação entre políticas públicas e o avanço das grandes culturas, o que, por um lado, fomenta o mercado local e gera renda, mas por outro, resulta em impactos

Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/agro/roraima-bate-recorde-de-exportacoes-para-guiana-nos-primeiros-meses-de-2023/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

significativos nas terras indígenas, como a pressão sobre os territórios, alterações nos modos tradicionais de uso da terra e conflitos socioambientais.

A leitura do discurso oficial da Prefeitura de Boa Vista nos oferece elementos que podem ser analisados à luz do que Pierre Bourdieu denomina como atos de Estado (Bourdieu, 2012). Para o autor, as políticas públicas e os discursos institucionais não são neutros ou meramente técnicos, mas carregam uma força simbólica que mascara relações de poder e dominação sob a aparência de benevolência ou racionalidade administrativa. Nesse sentido, as ações do Estado, como os projetos de apoio à agricultura familiar em comunidades indígenas, devem ser compreendidas também como práticas simbólicas que produzem e reforçam uma determinada ordem social, naturalizando formas de dominação e relações colonialistas.

Bezerra (2015, 489), ao discutir a noção de Estado em Bourdieu nos traz que o Estado é concebido como um conjunto de agentes e instituições que exerce autoridade soberana sobre um agrupamento humano fixado em um território, é um fetiche político, ou seja, o Estado não é uma entidade natural ou transcendental, mas sim um produto histórico social, que se apresenta socialmente como se possuísse uma existência própria e independente.

Essa representação dominante do Estado como legítimo, necessário e universal é, ao mesmo tempo, condição de sua existência e um dos seus efeitos mais poderosos. Analisar como essa crença é produzida e mantida é uma das tarefas centrais a que se dedica Bourdieu, especialmente ao abordar o Estado como fonte de poder simbólico. Ele destaca o papel do Estado na produção de categorias legítimas de classificação do mundo social, o que inclui, por exemplo, definir o que é “agricultura familiar”, “desenvolvimento” ou “tradição”, e impor essas categorias como se fossem naturais e consensuais. Quando as entidades públicas mobilizam a noção de *agricultura familiar* sem observar a definição prevista em lei, que estabelece critérios específicos de existência e reconhecimento, mas sim a partir de uma lógica colonial voltada ao mercado externo e indiferente

aos saberes e práticas das comunidades indígenas, essa noção se apresenta com a força de uma verdade incontestável, mesmo não o sendo. O Estado confere-lhes legitimidade e neutralidade, ainda que estejam profundamente enraizadas em relações de poder e em projetos econômicos exógenos

Ao afirmar que visa “melhorar a qualidade de vida das populações indígenas” por meio de projetos de fomento à agricultura familiar, o Estado a nível municipal opera uma forma de imposição simbólica, que se concretiza no campo material por meio da padronização de práticas agrícolas, da introdução de tecnologias externas e da organização do trabalho a partir da lógica da produtividade e do mercado de *commodities*⁶.

Essa política local está alinhada a um discurso mais amplo, reproduzido por diferentes esferas do Estado, que busca apresentar “casos de sucesso” de inserção indígena nos mercados agrícolas, como ocorre com os povos Paresi, no Mato Grosso. Muitas vezes exaltados como exemplos dos “indígenas do agronegócio”, esses grupos têm sido utilizados como vitrine para justificar projetos de expansão agrícola em terras indígenas. O caso dos Paresi do Mato Grosso, frequentemente apontado como exemplo bem-sucedido de inserção de indígenas no agronegócio, é, na verdade, marcado por profundas contradições e impactos sociais e ambientais significativos, como demonstrado por Nascimento (2007). Apesar de manterem contato com os não indígenas há mais de 250 anos, desde quando trabalhavam como escravizados na mineração de ouro e diamante em Diamantina (MT), os Paresi tinham, até a década de 1970, pouca interação com a sociedade não indígena. A partir desse período, no entanto, foram rapidamente cercados por grandes empreendimentos agrícolas, o que levou à ocupação desordenada de seus territórios tradicionais

⁶ Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais commodities são o café, a soja, o trigo e o petróleo. Fonte: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/commodities-definicao>>. Acesso em 10 de dezembro de 2025.

e à devastação do entorno das terras demarcadas, gerando conflitos entre ordens globais e locais.

A redução drástica da caça e da pesca, elementos fundamentais da subsistência tradicional, foi um dos principais impactos diretos dessa nova configuração territorial, associada ao uso intensivo de agrotóxicos e ao desmatamento promovido pelo avanço da fronteira agrícola. A perda de áreas agricultáveis, como o Planalto de Tapirapuã, anteriormente ricas em biodiversidade e fontes alimentares como o ovo de ema, comprometeu a segurança alimentar e o modo de vida tradicional da etnia. Além disso, práticas tradicionais, como o manejo de espécies simbólicas como o gafanhoto, foram desestruturadas, gerando inclusive conflitos com produtores rurais que viam nas terras indígenas um obstáculo ao controle químico de pragas. Com a expansão do agronegócio, intensificaram-se também a erosão genética e a dependência do mercado, já que o abandono de roças tradicionais, a perda de territórios cultiváveis e a pressão pelas frentes de contato (como a exploração da poaia e da seringa) no século XIX contribuíram para o enfraquecimento das práticas agrícolas autônomas.

Dessa forma, o discurso da prefeitura de Boa Vista, assim como o de outras instituições públicas e privadas, não apenas ignora a diversidade dos modos de vida indígenas, como também participa ativamente da construção de um novo *habitus* produtivo, que busca conformar os povos originários a um modelo agrícola hegemônico. Trata-se de uma ação que se apresenta como técnica, neutra e benéfica, mas que carrega em si um projeto político de dominação das práticas indígenas, apagando saberes tradicionais em nome da eficiência, da produtividade e da integração ao mercado. Como aponta Bourdieu, é justamente na naturalização desses “atos de Estado” que se opera a reprodução simbólica da dominação.

Trabalho na plantação de milho: comunidade ou Estado

Em agosto de 2018, pude participar de uma atividade de avaliação do plantio de milho que

era parte do projeto Cultura de Inverno. Um grupo de indígenas foi visitar a plantação de milho localizado no “pé” da Serra da Moça que consistia em mais de 10 hectares. A prefeitura cedia maquinários e técnicos para acompanhar a plantação em todo processo produtivo e os indígenas cediam a terra e a mão de obra.

Nos encontramos no centro comunitário e de lá seguiríamos para a lavoura. Alguns iam de moto e outros foram numa caminhonete. Conversas e risos nos acompanharam em uma estrada de piçarra esburacada e quando passamos na frente da casa de algumas pessoas, alguns homens gritavam para quem estava do lado de fora, chamando para o trabalho. Em agosto, o período de chuvas diminuía e era possível avistar na beira da estrada pequenas poças de lama quase secando. É nesse período que começam os ventos fortes carregados de poeira. Quente de dia e frio à noite.

Zico Alberto era um dos integrantes do “projeto do milho”. Na conversa durante a viagem, ele informou que eram 10 hectares que tinham cedido para o projeto. Ele conversava com seu irmão, o professor Antônio Carlos, sobre aumentar a extensão da lavoura para o próximo ano.

Antes da visita à plantação de milho, foi realizada uma conversa com Zico Alberto, liderança local e então coordenador do Grupo de Proteção e Vigilância Territorial Indígena (GPVITI). Suas falas revelaram não apenas a experiência acumulada, mas também uma crítica fundamentada na relação de pertencimento ao território, que motiva ações de defesa e cuidado. Ele discorreu sobre as atividades do grupo, mas também sobre os significados que este assume para os integrantes, para a coletividade e para a própria noção de comunidade.

Ao descrever sua atuação, Zico nos traz as múltiplas camadas do trabalho de vigilância: proteger os limites do território, fiscalizar entradas não autorizadas, coibir a circulação de bebidas alcoólicas e entorpecentes, zelar pela integridade da coletividade quando o tuxaua está ausente. O que à primeira vista pode parecer uma ação de controle de ordem prática, adquire, à luz de sua fala e da realidade local, contornos muito mais profundos. Trata-se, de fato, de um processo contínuo

de produção e reafirmação da territorialidade indígena, um processo de resistência simbólica, política e afetiva que é cotidiana, conforme afirma James Scott (1999), diante de ameaças externas e internas que tensionam constantemente os limites físicos da aldeia.

Essa atuação pode ser pensada, como propõe Almeida (2008), a partir da noção de territorialidade específica, que trata não apenas da posse ou ocupação de uma terra, mas como uma expressão de pertencimento coletivo, baseada em laços solidários e de ajuda mútua. Nas palavras de Almeida, a territorialidade opera como um “fator de identificação, defesa e força”, mesmo diante de situações provisórias ou precárias de apropriação dos recursos naturais. O que Zico narra não é só o esforço por segurança, mas uma tentativa de manter viva essa territorialidade, que, ao ser ameaçada, exige dos sujeitos estratégias de territorialização que envolvem desde o controle físico até ações de natureza político-organizativa.

Nesse sentido, o GPVITI pode ser compreendido também como expressão de uma mobilização étnica, nos termos de Bourgois (1993), ou seja, como a capacidade de um grupo indígena de organizar-se com base em marcadores identitários e vínculos de pertencimento étnico para enfrentar tanto as investidas de agentes externos quanto a negligência ou violência estrutural por parte do Estado. Para Bourgois, as mobilizações étnicas têm caráter identitário que se entrelaçam a fatores econômicos, sociais e culturais.

Quando Zico alerta sobre o sigilo necessário às ações do grupo, sua preocupação não é apenas operacional. Ela expressa o receio de que os objetivos do GPVITI sejam cooptados, esvaziados ou atravessados por interesses que não partilham a mesma lógica de proteção dos territórios indígena. Há, portanto, uma tensão constante entre manter a vigilância como ferramenta de defesa e evitar que ela seja interpretada ou usada por não indígenas como forma de “combate” ou repressão.

Zico traz que o reconhecimento da autoridade do grupo de vigilantes se constrói na prática,

no cotidiano, por meio de sua capacidade de agir em nome do bem coletivo. “Na hora que precisar, nós estamos aí” revelando uma forma como o grupo lida com os conflitos internos, buscando antes o aconselhamento do que a punição, revelando uma ética própria de resolução de conflitos, distinta da lógica punitiva do Estado.

Contudo, a própria existência do GPVITI evidencia o descompasso entre os modos indígenas de organizar o território e a forma como o Estado-nação reconhece (ou não) esses arranjos. Como observa Almeida (2008), a territorialidade específica surge precisamente como resultado de processos sociais de territorialização que não se restringem às categorias legais ou administrativas do Estado, mas que convergem para uma lógica de pertencimento construída em movimento, em resistência e, muitas vezes, em disputa.

Perguntei a Zico sobre como estava sendo a execução do projeto e qual sua perspectiva em relação à terra. Ele respondeu o seguinte:

Trabalhar hoje com produtos sem agrotóxicos é complicado. Tem que trabalhar mesmo, legal, com seu próprio recurso, com esterco, adubação. Mas existem essas invasões que vêm afetando. Nós temos família, com mais de 200 pessoas, com mais de 50 famílias. Parece que o espaço está diminuindo. Por isso precisamos dessa extensão de terra para podermos situar nossos familiares e nossos filhos. Então nossos filhos estão crescendo e estão querendo um espaço para ter, morar, trabalhar e viver com a família bem. Então por isso que nós hoje temos esse trabalho para poder valorizar nossa cultura, nossas famílias, nossa comunidade, nossa região. Vemos hoje 11 mil hectares de terra. Mas nós vemos que no início da nossa comunidade Truarú, eram 12 pessoas, iniciou-se com 12 pessoas e hoje nós somos 62 famílias. Então há um aumento de família e a tendência é crescer. Muitos vão retornar para comunidade. Então o que vai acontecer: vão ficar tudo em cima do outro. E nós não queremos isso. Então a importância desse trabalho é isso, para que não haja invasão, que não haja irregularidades a respeito de bebidas alcoólicas que venham afetar. Por exemplo, nós vemos a escola do estado, do município, com demandas de alunos bem alta. Então o que eles estão precisando? Eles estão precisando da nossa ajuda, de professores que sejam das próprias comunidades. Então temos que trabalhar para isso (Zico Alberto, 2018).

A fala de Zico Alberto reflete uma realidade marcada pela crescente pressão sobre o território indígena, uma situação que dialoga diretamente com os impactos do avanço do agronegócio e da

expansão das fronteiras agrícolas, como discutido nas pesquisas sobre os Paresí (Nascimento, 2007). A escassez de terras para o cultivo de alimentos sem agrotóxicos e a dificuldade de manter práticas agrícolas tradicionais, como o uso de esterco e adubação natural, são desafios recorrentes nas comunidades indígenas. Essa situação é agravada pela ocupação das áreas tradicionais por atividades econômicas externas, que, além de invadir terras demarcadas, impactam diretamente a qualidade ambiental, como o desmatamento e a contaminação por produtos químicos. A redução de territórios, como relatado na fala de Zico, reflete a luta pela preservação de espaços fundamentais para a subsistência e para a manutenção da cultura indígena.

As agroestratégias, como destaca Almeida (2010), caracterizam-se por desconsiderar as lógicas de utilização dos recursos naturais pelas unidades de trabalho familiar ou por povos e comunidades tradicionais, que ocupam terras de interesse do agronegócio. Enquanto a agricultura familiar, classificada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abrange as famílias de assentamentos, pequenos proprietários e parceiros, os povos indígenas, como os Paresi, representam um caso distinto. Embora também se baseiem em unidades de trabalho familiar e utilizem recursos naturais de forma sustentável, eles não se reduzem à mera ocupação econômica ou à relação com os meios de produção. Esses povos têm uma consciência de si e uma identidade coletiva própria, com formas de organização intrínsecas, que vão além das necessidades produtivas e envolvem também aspectos culturais e espirituais ligados ao território. Esse ponto evidencia que, para essas comunidades, o território não é apenas um espaço para a produção, mas um local fundamental para a preservação de suas práticas culturais, sociais e espirituais.

A escassez de terra é um reflexo das transformações históricas que ocorreram nas últimas décadas com a implementação de modelos agrícolas que não contemplam as especificidades das comunidades indígenas. A expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, que também atingiu os Paresi, fez com que muitas dessas comunidades enfrentassem uma redução drástica de suas áreas

agricultáveis, o que resultou não apenas na diminuição das condições de cultivo, mas também na perda de espaços essenciais para a caça, pesca e outras práticas tradicionais (Nascimento, 2007). A fala sobre o aumento das famílias e a necessidade de mais terra para garantir a qualidade de vida reflete a dinâmica de crescimento populacional e a tentativa de resgatar um equilíbrio entre a preservação territorial e o desenvolvimento comunitário.

Além disso, o aumento da população na comunidade Serra do Truarú, assim como de outras comunidades da Terra Indígena Serra da Moça, e a crescente demanda por espaço, conforme expresso por Zico, é um indicativo de que as comunidades indígenas estão vivenciando uma dinâmica de urbanização interna, uma consequência direta da pressão externa exercida pelo agronegócio e pela escassez de territórios tradicionais. Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias para a gestão do território indígena, que permitam acomodar o crescimento populacional, a identidade cultural e sem se submeter a invasões ou práticas que desestabilizam a organização social local. O fortalecimento da autonomia e a garantia da posse de terras são elementos cruciais para a sobrevivência dessas comunidades, conforme destacado nas observações de Nascimento (2007).



Projeto do Milho. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Quando chegamos ao local, alguns líderes já estavam presentes com as anotações, desde o coordenador regional o senhor Alexsandro e o então representante do projeto, o senhor Nazário da Silva Angelo. Eles estavam esperando o “pessoal da prefeitura”, que tinha marcado de chegar para fazer fotos, conversar e direcionar o projeto do milho. Pouco tempo depois, vários homens brancos chegaram vestidos com suas roupas sociais, chapelão e botas de couro. Eram técnicos agrícolas, agrônomos e representantes da prefeitura da capital. Chegaram acompanhando os indígenas que saíram rodeando o milharal conversando, perguntando como estavam e querendo saber a situação do milho, que aparentemente estava seco, mas não ao ponto de ser colhido pela maquinaria de colheita. No entanto, algumas pessoas faziam isso com as próprias mãos. Enquanto estava observando aquele aglomerado de pessoas contrastantes, dona Joaquina se aproximava de mim com vários milhos na mão, sorrindo.

O professor Antônio, ao meu lado, vendo aquela cena, fez um comentário engraçado, fazendo todos rirem: “olha Joaquina já quer levar milho pra galinha dela”. Joaquina riu bastante e comentou: “é o milho da nossa lavoura”. Pedi para ela falar um pouco sobre o trabalho, mas outros ficaram fazendo ela rir e quase não consegui falar de tantas risadas. Ela começou: “Bom dia, Eriki. Nós somos da comunidade Truarú. Hoje nós estamos aqui junto com a Secretaria da prefeitura do Município de Boa Vista. Nós viemos aqui vendo nossa lavoura de milho. Perguntei se os milhos que estavam sendo produzidos naquele ano eram bons. Ela respondeu que sim, que estavam todos cheios, todos muito bonitos: “No próximo ano, nós vamos fazer maior nossa lavoura. Esse projeto é um meio de trabalharmos em outros projetos, da nossa criação de galinha, porco, peixe...”. Perguntei o que ela achava sobre os projetos e a problemática da terra. Ela respondeu que era preciso da terra, para poder produzir as sementes. Continuou: “e está chegando cada vez mais gente e por isso a gente tem que ter a ampliação das terras, porque a gente vê que a nossa terra é muito pequena e por isso precisamos de ampliação das terras”.



Dona Joaquina no projeto do milho. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

Após isso, adentramos para dentro do milharal, dona Joaquina na frente abrindo o caminho por entre as palhas secas que faziam barulho de folhas se quebrando. O milharal ainda não estava totalmente seco para a colheita, mas estava o suficiente para causar coceiras nas nossas peles, ainda mais na minha que estava sem nenhuma roupa adequada para o trabalho. Andamos rumo às vozes no meio do milharal onde tinha um grupo conversando com o pessoal da prefeitura. Chegamos onde eles estavam já atrasados e não conseguimos ouvir o teor da conversa e já estavam voltando para o ponto inicial da lavoura com alguns sacos milhos para o grupo da prefeitura levarem como amostragem. Ficamos parados lá ouvindo algumas conversas do tipo: “o tamanho do milho está ótimo”, “agora só esperar mais um pouquinho para colher, ele ainda está meio mole”.

Me dei conta, ao olhar ao redor, que também tinha uma mulher muito bem vestida e formal. Prestei um pouco mais de atenção e percebi que ela estava de com um microfone nos braços e um homem com uma câmera enorme nas mãos a acompanhava. Ela na verdade era uma repórter da TV local que tinha ido gravar uma matéria sobre a produção de milho nas comunidades indígenas, que naquele ano, estava em alta no estado de Roraima.

Enquanto isso, um homem, aparentemente era o agrônomo da prefeitura, repassava recomendações para grupo de trabalhadores da comunidade sobre a necessidade de o milho secar para poder colher: “deixa eles pegarem sol mais alguns dias. Mas eles estão muito bonitos, muito saudável, fechou até a pontinha, tá muito boa a espiga, o solo, a terra de vocês é muito boa”. O então Tuxaua Augusto respondeu: “é por causa da serra”, apontando para a Serra da Moça.

Eu me afastei do grupo e me aproximei de um outro grupo de parentes. Eles estavam com milho em um saco de fibra branco. Cheguei perto e perguntei como estava o milho. Chagas logo abriu o saco e tirou uma espiga e a descascou e disse: “esse milho tá no padrão, tá tudo certo, não tem falha nenhuma, 100%”. Perguntei se ele estava acompanhando o trabalho, ele disse que sim, desde o início do projeto, desde o preparo da terra até aquele momento ele vinha trabalhando junto à comunidade. Ele contou todos os processos que ele observou, citando os adubos químicos que estavam usando, o tipo de máquina, os processos específicos de preparar a terra. Antes de terminar de falar, o grupo maior que estava conversando com o pessoal da prefeitura se aproximou de nós e fizeram uma roda em torno de um amontoado de milho que foram colhidas para serem levadas como amostras para a cidade. Os homens falavam, distribuíam e dividiam as amostragens. Davam recomendações com seus sotaques característicos do sudeste do país. E todo o grupo obedecia a suas orientações. Descascavam e logo após debulhavam em bacias de plásticos para serem empacotados e levados embora. Enquanto isso, o Tuxaua Augusto Maruai veio para perto de mim. Perguntei o que ele achava sobre aquela atividade e ele assim respondeu:



Senhor Chagas e dona Maria Nilda. Forte: arquivo pessoal, 2018.

“Nós estamos com esse pequeno projeto e pra nós é como um incentivo. É um início para poder aumentar mais a produção. Nós estamos pensando em pegar toda produção e vender. Então pra que a gente venda e deposite o dinheiro para o próximo plantio. Então a gente vai ter que comprar arame, semente e diesel. O dinheiro que for sair daqui vai ser pra comprar esses três. É um projeto que a prefeitura está investindo nas comunidades. Um incentivo para todas as comunidades. Inclusive tem que comunidade que vai ampliar e tem comunidade que não vai fazer nada. É exatamente para aumentar a nossa renda. É esse o pensamento. Esse milho de agora não vamos poder usar na comunidade. Mas talvez o próximo poderemos vender ou doar para a comunidade. Aqui foram plantados dez hectares e meia. Tem aproximadamente para dar 300 sacos de milho. Esse projeto é importante, porque se nós pudéssemos pegar todo esse milho e dividir com todos, todo mundo ficaria feliz. Só que nós estamos pensando em vender e arrecadar o dinheiro para poder plantar mais. A comunidade está pensando em fazer isso. Nem todos estão participando, mas a gente vai levar a informação pra eles também” (Augusto Maruai, 2018).

Após conversas e falas na finalização da atividade, com o sol já escaldante sobre nossas cabeças, finalmente voltamos para o centro comunitário. Muitos risos e conversas que já não tinham mais nada a ver com o milho.



Reunião final do projeto do milho. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

As falas de Zico Alberto, dona Joaquina e do tuxaua Augusto apontam que a ampliação da terra constitui condição fundamental para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade. A luta pela expansão da Terra Indígena Serra da Moça se configura como um direito essencial para garantir a continuidade da cultura, a reprodução física das famílias e a possibilidade de cultivar alimentos sem agrotóxicos, criar animais e construir moradias. Esse horizonte projeta autonomia e fortalecimento da economia local, em estreita relação com a preservação da territorialidade. No entanto, ele não se concretiza, uma vez que os projetos externos, ao serem impostos, subordinam os indígenas à lógica do agronegócio e ao controle estatal, transformando iniciativas comunitárias em instrumentos de visibilidade política e midiática do Estado.

Uma crítica indígena sobre as plantações de soja em terras indígenas

Se por um lado as lideranças ressaltam a importância da terra para garantir a subsistência e o fortalecimento da vida comunitária, mesmo diante do fato de aceitarem os projetos externos que são contra os direitos indígenas, por outro, outras vozes indígenas evidenciam os impactos

negativos diretos do avanço da monocultura em seus territórios. Durante as conversas realizadas na comunidade, a Tuxaua Lerijane Nagelo relatou sua preocupação diante da tentativa de desmatamento da área em frente à sua casa para a expansão da plantação de milho. Com receio de que essa intervenção alterasse de forma drástica o ambiente e o modo de vida de sua família, ela afirmou:

O que eles tentam fazer? Como já fizeram com outras lideranças, eles lançam uma proposta, como eu vi sendo negociada. Houve uma plantação de milho dentro da comunidade, e eles ofereceram uma colhedeira. Isso foi uma forma de calar o Tuxaua. Eu disse que tenho 33 anos, mas são 33 anos numa escola chamada movimento indígena. E eu não vou permitir que essas coisas venham para mim. Tanto é que, ontem mesmo, cheguei em casa e havia pessoal da secretaria do governo dizendo que o meu posicionamento sobre esse projeto de grãos dentro das comunidades é totalmente contrário; eu não quero. Porque estou lutando contra o agrotóxico que está bem ao lado, então, por que eu iria trazer um projeto do governo que está aplicando isso de forma regular, com a minha autorização, dentro da minha comunidade? Eu não vou compactuar com isso. Eu disse: “Façam o seguinte, eu tenho uma contraproposta para vocês. Nós, comunidades indígenas, sabemos plantar; a gente sabe, a gente vive disso. Se você quer apoiar a comunidade, venha e discuta o projeto dentro da comunidade, de forma sustentável. Quando eu falo de forma sustentável, eu não quero usar nenhum tipo de agrotóxico”. “Ah, mas a safra vai demorar?” Mas a gente sempre viveu assim, e é essa valorização que eu sempre vou defender. Eu falei que sempre vou defender. Se vierem com outro projeto, terá que ser um projeto orgânico, porque eu não quero saber de agrotóxico. “Mas por que a região já planta?” Hoje, as terras indígenas demarcadas em ilhas são as que mais sofrem com isso. A gente já não tem mais mata, já não tem mais rios, igarapés. A gente nunca teve, na verdade, porque foi tudo demarcado para fora. Ficou tudo de fora. O único igarapé que tem, essa estrada que vocês estão vendo passar aí, destruiu, porque foi uma estrada mal feita, mal planejada. E nada acontece (Leirijane Nagelo, 2021).

Esse posicionamento reforça que a questão central não se limita à aceitação ou rejeição de projetos externos, mas está diretamente ligada à autonomia indígena sobre os modos de produção, ao direito de decidir coletivamente e ao respeito às práticas agrícolas tradicionais. A crítica ao uso de agrotóxicos e ao modelo de monocultura nos mostra não apenas a preocupação ambiental e de saúde, mas também a defesa de uma territorialidade que resista às pressões do agronegócio e que garanta a continuidade das formas próprias de plantar, colher e viver.

Considerações finais

Diante deste cenário, observamos que o discurso indígena sobre os projetos muitas vezes é desconsiderado pelas políticas governamentais, que seguem um modelo mercantilista orientado pela lógica do agronegócio. A autonomia indígena, condição fundamental para a reprodução física, social e cultural das comunidades, acaba sendo fragilizada pela vulnerabilidade criada por propostas externas que não se alinham ao modelo de agricultura familiar praticado historicamente. O discurso de modernização e sustentabilidade, apresenta-se como uma promessa de progresso, mas oculta as lacunas e os riscos que esses modelos representam para a sobrevivência das práticas culturais e sociais indígenas, como ocorreu com os Paresi. O modelo de produção em larga escala, associado ao agronegócio, intensifica disputas por terra e recursos, desafiando diretamente a organização territorial e a identidade dos povos. Além disso, a produção mecanizada, baseada em insumos químicos, ameaça os modos tradicionais de cultivo e pode colocar as comunidades em uma posição de dependência, reduzindo sua capacidade de autossustentação e comprometendo sua autonomia nos processos produtivos. Não se trata, portanto, de aceitar ou não estes projetos, mas a forma como se dá a implementação destes projetos. Não dá para ensinar a pescar quem vive a milênios da pesca.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As novas plantations: uma economia de riscos que ameaça povos e comunidades tradicionais. In: ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central. 01. ed. Manaus: UEA-EDIÇÕES, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; et al. (Org.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina: pp. 101-143, 2010.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova Cartografia Social dos conflitos por territórios no Brasil Central. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

BEZERRA, Marcos Otávio . Resenha da obra ‘Sobre o Estado’. Revista de História , p. 487-495, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre.. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BOURGOIS, Phippe. La mobilisation ethnique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. n. 99, p.53-64, 1993.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELO, Eriki Aleixo de. Situação social, dinâmica territorial e mobilização étnica na Comunidade Serra do Truarú (Terra Indígena Serra da Moça, Etnorregião Murupú, Boa Vista-RR). 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

NASCIMENTO, Odair Alves. A produção do espaço geográfico indígena Paresí em Mato Grosso: impactos e perspectivas econômicas. 2007. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SANTILLI, Paulo. **Pemongom Patá**: território Macuxi: rotas de conflito. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCOTT, James C. A Defesa do Camponês: Resistência Cotidiana e Sublevação nas Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.